

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 No trigo, a produtividade cresceu impressionantes 77%, compensando com folgas a redução de 13% da área plantada.

Silvio AVILA / AFP



Agricultura gaúcha colhe bons resultados no pós-inundação

A agricultura gaúcha mostra notável resiliência após a tragédia das chuvas. A cultura do arroz, em que os produtores gaúchos respondem por 70% do total nacional, foi a primeira a mostrar bons resultados no pós-chuvas, e enfrentou com êxito o desafio logístico de escoar para o país a safra de 7,1 milhões de toneladas. Na aferição de maio, as inundações haviam comprometido só 1,6% da colheita. No trigo, a produtividade cresceu impressionantes 77%, compensando com folgas a redução de 13% da área plantada. As safras de soja e

milho foram as que mais sofreram perdas com a tragédia climática no Sul, em razão de uma dupla adversidade: estiagem no período do plantio, no ano passado, e as cheias de maio deste ano, na fase final da colheita. Muitas lavouras foram abandonadas, com perdas totais. Estimase um recuo de até 30% sobre as colheitas do ano passado. A produtividade caiu em até 62% em grandes áreas produtivas, conforme dados da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS).

VLI Logística planeja investir R\$ 25 bilhões em ferrovia

AVLI Logística, responsável pela operação da Ferrovia Centro-Atlântica, que liga o Sudeste ao Nordeste do país, abriu conversas com o governo federal para antecipar a concessão do trajeto. De acordo com o CEO da VLI, Fábio Marchiori, o objetivo da empresa é investir cerca de R\$ 25 bilhões pelos próximos 30 anos de concessão. A Centro-Atlântica é estratégica para a logística nacional. Por ela, passam todos os anos 40 milhões de toneladas de produtos, sendo a maior parte ligada à cadeia do agro.

Pesquisa mostra que trabalho no escritório não aumenta produtividade

Desde o fim da pandemia, muitas empresas têm convocado seus funcionários para retornarem aos escritórios. Elas argumentam que isso melhora a produtividade e, portanto, seus resultados. Contudo, uma pesquisa global feita pela consultoria Leesman mostra que tal correlação inexistente. Segundo o estudo, que consultou companhias que atuam em diversos países, a quantidade de idas ao escritório não aprimora o desempenho e, na maioria dos casos, deixa os colaboradores insatisfeitos.

Indústria da maconha tem potencial para gerar R\$ 170 bi em negócios por ano

Qual seria o impacto financeiro da regulamentação da indústria da maconha do Brasil? A Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicann) fez a conta e estimou que a medida geraria, por ano, quase R\$ 170 bilhões em negócios ao país, além de gerar 400 mil empregos e beneficiar 21 setores econômicos. A planta pode ser usada na produção de uma variedade imensa de itens, incluindo alimentos, remédios, como substituto do plástico e do concreto e na fabricação de fibras.

US\$ 250 BILHÕES

é quanto a taxa global dos 3 mil bilionários do mundo arrecadaria por ano, segundo cálculo feito pelo economista francês Gabriel Zucman. A proposta vem sendo debatida no G20, grupo formado pelos países mais ricos

Roque de Sá/Agência Senado



"As maiores distorções que existem hoje no Brasil estão no Judiciário e no Legislativo. Quanto mais privilégios, fica mais difícil governar o país"

Rubens Ricupero, diplomata, advogado e ex-ministro da Fazenda

RAPIDINHAS

» O uso de energia elétrica no Brasil avançou 7,3% no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo levantamento realizado pela Empresa de Pesquisa (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia. O consumo residencial avançou 12% na mesma base comparativa, enquanto o industrial subiu 8%.

» Os carros movidos a eletricidade não são os únicos que deverão provocar grande transformação na indústria automotiva. A partir do ano que vem, deverão começar a circular os primeiros veículos elétricos solares. A iniciativa é liderada pela empresa norte-americana Aptera Motors, que pretende colocar no mercado ao menos 40 mil automóveis.

» Números preliminares mostram que o mercado automotivo brasileiro terá um primeiro semestre para comemorar. A expectativa da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) é de que as vendas no período subam 15% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. E isso, em um cenário de crédito caro.

» O consumo em lares brasileiros cresceu 6,5% em maio versus abril — trata-se do melhor resultado para o mês desde 2021, conforme apuração feita pela Associação Brasileira de Supermercados (Abbras). A entidade diz que o aumento das compras para o Dia das Mães e os programas sociais do governo foram decisivos para o bom resultado.

CONJUNTURA

Pesquisa da CNI mostra que apenas 10% das indústrias pretendem investir em novas fontes de energia e maioria dos investimentos deve ser em gás natural

Transição energética a passos lentos

» HENRIQUE LESSA

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que 10% das indústrias brasileiras pretendem, em até 12 meses, investir em novos combustíveis para utilização na produção. O setor, que utiliza diversas fontes, parece caminhar lentamente para a transição energética, com 45% do investimento previsto para novas energias sendo usado para incluir o gás natural, 10% para eletricificar a produção e outros 10% para incluir a energia solar no processo industrial.

No último ano, as indústrias destinaram 44% do investimento em eficiência energética para a auto-produção de energia solar e 23%, na modernização de máquinas e equipamentos de melhor eficiência. Um fato positivo na matriz energética da indústria nacional é que 28% das indústrias que buscam substituir fontes indicam como meta a redução do consumo, ou a substituição total, na utilização de óleo combustível (como diesel), ao mesmo tempo, contraditoriamente, 20% dizem que esperam diminuir a dependência da energia solar.

A pesquisa ouviu 1.002 executivos líderes de indústrias de pequeno, médio e grande portes em todo o país, e mostra que, entre os diversos combustíveis utilizados, 96% das empresas fazem uso da eletricidade, seja comprada no mercado livre ou das distribuidoras locais, e 20% já utilizam a solar. Sobre a eletricidade comprada, 82% dos entrevistados

Divulgação



Apenas 10% vão optar pela inclusão de energia solar na indústria

apontam que a infraestrutura de rede precisa melhorar para atender à demanda do setor.

Outro fator, que preocupa 53% dos industriais, é o aumento no custo de energia percebido nos últimos 12 meses. Para 43% das empresas, esse impacto no custo da eletricidade é alto ou muito alto sobre a atividade industrial.

"O custo da produção da energia no Brasil é barato, mas a nossa conta de luz é uma das mais caras do mundo. Reduzir o preço da energia é uma obsessão da indústria brasileira. Para isso, a diminuição dos encargos é um imperativo, não apenas para contribuir com

a competitividade do setor industrial, mas para garantir a sustentabilidade econômica do próprio setor elétrico nacional", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Os dados da pesquisa apontam ainda que, apesar de 96% das indústrias utilizarem a energia elétrica nos seus processos produtivos, ela é a principal fonte energética de 80% das indústrias, enquanto a energia solar já representa 10%; o gás natural e o óleo diesel são o principal combustível para a produção em 2% das indústrias e 1% delas ainda utilizam a lenha como combustível principal.

O levantamento mostra também

que a falha no fornecimento de energia é uma queixa frequente dos industriais: 70% tiveram ao menos uma queda de luz nos últimos 12 meses; 51% tiveram mais de cinco falhas de fornecimento ao longo de 1 ano; e 21% registraram problemas mais de 10 vezes nesse período, o que cria uma percepção de qualidade não muito boa sobre o fornecimento elétrico nacional.

Apenas 11% acham que o fornecimento é excelente; 43%, bom; 28%, regular; 9%, ruim; e 9%, péssima.

"O maior problema da queda de energia para a indústria é a paralisação da produção. A depender do tipo de empresa e da linha de produção, há perdas de matéria-prima, produtos e horas de trabalho. São prejuízos consideráveis, que acabam impactando em custos elevados para as indústrias", apontou o gerente de Energia da CNI, Roberto Wagner Pereira.

Tributação

Para seis em cada 10 empresas do setor, uma redução na carga tributária poderia ter um grande impacto na queda do preço da conta de luz no Brasil. Para a indústria, os itens que mais impactam na conta de luz são a carga tributária, na opinião de 78% dos entrevistados, vindo, logo na sequência, segundo 29% dos participantes, os períodos de seca; para 27%, o custo com a transmissão da energia; 17%, subsídios pagos com a conta de luz; e 16%, custos com a geração da energia.

BANDEIRA AMARELA

Conta de luz vai subir em julho

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que a conta de luz terá acréscimo de R\$ 1,88 a cada 100 kW/h consumidos no mês de julho. A cobrança adicional vai ocorrer por causa do acionamento da bandeira tarifária amarela.

"A bandeira amarela foi acionada em razão da previsão de chuvas abaixo da média até o fim do ano (em cerca de 50%) e pela expectativa de crescimento da carga e do consumo de energia no mesmo período", explicou a Aneel, em comunicado. A Agência prevê um cenário de "escassez de chuvas", agravado por um inverno com temperaturas superiores à média histórica do período. O alerta foi publicado na última sexta-feira.

"Essa é a primeira alteração na bandeira desde abril de 2022. Ao todo, foram 26 meses com bandeira verde. Com o sistema de bandeiras, o consumidor consegue fazer escolhas de consumo que contribuem para reduzir os custos de operação do sistema, reduzindo a necessidade de acionar termelétricas", afirmou a Aneel.

A previsão de escassez de chuvas e as temperaturas mais altas no país aumentam os custos de operação do sistema de geração de energia das hidrelétricas. Dessa forma, é necessário acionar as usinas termelétricas, que possuem custo maior.

A bandeira verde, acionada em períodos com "condições favoráveis" de clima, foi mantida ininterruptamente por 26 meses, desde abril de 2022. Criado pela Aneel em 2015, o sistema de bandeiras

tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, possibilitando aos consumidores o bom uso da energia elétrica. O cálculo para acionamento das bandeiras tarifárias leva em conta, principalmente, dois fatores: o risco hidrológico e o preço da energia.

As bandeiras tarifárias funcionam da seguinte maneira: as cores verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração, sendo a bandeira vermelha a que tem um custo maior, e a verde, o menor.

Antes, o custo da energia em momentos de maior dificuldade para a geração era repassado às tarifas apenas no reajuste anual de cada empresa, com incidência de juros. No modelo atual, os recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras, mensalmente, por meio da "conta Bandeiras".

Gatilhos

A mudança de bandeira depende de três gatilhos: Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nível de risco hidrológico (GSF), e a geração fora do mérito de custo (GFOM), associada ao período de crises hídricas.

Para julho, os fatores que acionaram a bandeira amarela foram o risco hidrológico e o aumento do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

A Aneel explica que não há despacho fora da ordem do mérito (GFOM), que é decidido pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).